

Mulheres Estagiárias em Jornalismo: análise a partir da perspectiva interseccional

Women interns in Journalism: analysis from an intersectional framework

Mujeres becarias en Periodismo: análisis desde una perspectiva interseccional

Évilin Matos CAMPOS¹
Rafael GROHMANN²

Resumo

Este artigo apresenta articulações teórico-metodológicas empreendidas a partir da perspectiva interseccional para investigar as negociações profissionais de cinco estagiárias em jornalismo no Rio Grande do Sul, que se inscrevem nos marcadores sociais da diferença de gênero, raça e classe. Com isso em vista, colhemos pistas sobre as estratégias de estudantes mulheres para a ascensão da carreira, que, em síntese, se relaciona à obtenção massiva de experiências, realização de cursos extracurriculares e demasiado empenho em sustentar suas habilidades. Tais táticas de crescimento profissional associamos ao agenciamento de feminilidade, que acaba por reter o desenvolvimento das mulheres às margens das profissões e salários.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Mundo do trabalho; Jornalismo; Estágio em Jornalismo.

Abstract

This article presents theoretical-methodological articulations from the intersectional perspective to analyze professional reach negotiations of five journalism interns in Rio Grande do Sul, which are inscribed in the social markers of gender, race and class difference. With this in mind, we gleaned clues about female students' strategies for career advancement, which, in summary, hinge on the massive gaining of experience, taking extracurricular courses, and too much commitment to sustaining their skills.

¹ Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: evilin.matos.jornal@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6677-6280>

² Professor de Estudos Críticos de Plataformas e Dados da Universidade de Toronto, Canadá. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: rafael.grohmann@utoronto.ca . ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6677-6280>



Such tactics for professional growth, we associate with the agency of femininity, which ultimately holds women's development back at the margins of professions and salaries.

Keywords: Intersectionality; World of work; Journalism; Internship in Journalism.

Resumen

Este artículo presenta articulaciones teórico-metodológicas desde la perspectiva interseccional para analizar las negociaciones de alcance profesional de cinco pasantes de periodismo en Rio Grande do Sul, que se inscriben en los marcadores sociales de género, raza y diferencia de clase. Con esto en mente, recogimos pistas sobre las estrategias de las estudiantes para el avance profesional, que, en resumen, giran en torno a la ganancia masiva de experiencia, la realización de cursos extracurriculares y el compromiso excesivo con el mantenimiento de sus habilidades. Estas tácticas para el crecimiento profesional, las asociamos con la agencia de la feminidad, que en última instancia frena el desarrollo de las mujeres en los márgenes de las profesiones y los salarios.

Palabras clave: Interseccionalidad; Mundo de trabajo; Periodismo; Pasantía en Periodismo.

Introdução

Este artigo apresenta movimentos teórico-metodológicos realizados em pesquisa de dissertação mais ampla, *Estagiárias em jornalismo no Rio Grande do Sul: mundo do trabalho, interseccionalidade e neoliberalismo*, com vistas a acolher, relacionar e dimensionar os múltiplos marcadores sociais da diferença articulados às trajetórias de vida de cinco entrevistadas com foco no estágio. A interseccionalidade, conectada ao conceito de Kimberlé Crenshaw (1989), se mostrou uma mirada teórico-metodológica flexível e abrangente o suficiente para olhar as opressões, resistências e privilégios envolvidos nas negociações acionadas pelas participantes da investigação. Em síntese, Kimberlé (1989; 2002) indica que situações e circunstâncias tensionam a interseção dos diferentes marcadores. A partir deste prisma, tratamos o mundo do trabalho em contexto neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) como uma negociação em que os atores envolvidos mobilizam, com certo grau de autonomia, os diferentes capitais culturais em direção aos seus propósitos de vida (BOURDIEU, 2007). Partindo desta visada, rejeitamos o uso do termo “competição”, podendo aqui ser utilizado como sinônimo de disputa, para representar as dinâmicas de poder do mundo do trabalho, justamente porque nenhuma disputa é livre de privilégios e opressões.



Antes de seguirmos para as discussões entre neoliberalismo e gênero, localizamos nossa perspectiva sobre o mundo do trabalho dos/as jornalistas. Reconhecemos a partir de Cristiane Reimberg (2013) e Adriana Braga et al. (2014) que a categoria como um todo enfrenta os sintomas de precarização e desvalorização. Isso significa alta rotatividade de profissionais, desvalorização dos antigos saberes em detrimento à incorporação de práticas nativas digitais, carreira profissional fragmentada em busca de “janelas de oportunidades” e rotinas que visem aumento constante de rentabilidade e produtividade da mão de obra. Em linhas gerais, os/as jornalistas se tornam agentes das relações capital-trabalho ao serem convocados/as a responder com eficiência e criatividade aos processos de globalização e flexibilização estruturados pelo espírito do capitalismo.

Ainda que homens e mulheres sejam impactados/as pelas implicações das condições de trabalho em contexto neoliberal, o mundo de trabalho de jornalistas apresenta marcas de feminilização. Para Karen Ross (2017, p. 64), por mais que a profissão atualmente seja composta majoritariamente por mulheres, “elas ficam presas nos quadros médios de gestão e raramente conseguem os cargos cimeiros”. André Thibes e Janara Nicoletti (2017) mostram que, na realidade brasileira, há um crescimento gradativo de mulheres ocupando postos de alto escalão no jornalismo. Porém, mesmo assumindo cargos de gestão, ainda não há paridade salarial entre homens e mulheres. Maria Silveirinha e Rita Simões (2016) apontam que o gênero pode ser compreendido como um capital simbólico, e, na cultura jornalística, o feminino é o que tem menos valor (VEIGA, 2010; SANTOS; TEMER, 2016; SILVEIRINHA e SIMÕES, 2016). Desta maneira, para se manter na profissão, as mulheres buscam por oportunidades que elas conseguem controlar, sendo um dos exemplos o diploma na área, o que explica o número superior de mulheres com formação superior. De acordo com uma pesquisa³ do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 2012, das/os 10.477 graduandas/os em Jornalismo que participaram do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), 62,7% eram mulheres. Antes disso, Paula Rocha (2004) observou o crescimento da participação feminina nos cursos de Comunicação Social. Em 1948, dos

³ Disponível em:

<https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2012/2012_rel_comunicacao_social_jornalismo.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2021.



354 alunos matriculados no curso de comunicação, 17% eram mulheres. Já em 1987, quando se formaram 5.175 jornalistas, 60% eram mulheres.

Diante desse cenário, o presente artigo discute as articulações teórico-metodológicas empreendidas a partir da perspectiva interseccional para investigar as negociações profissionais de cinco estagiárias em Jornalismo no Rio Grande do Sul, que se inscrevem nos marcadores sociais da diferença de gênero, raça e classe. Com isso em vista, colhemos pistas sobre as estratégias de estudantes mulheres para a ascensão da carreira, que se articula com a obtenção massiva de experiências, realização de cursos e empenho em fortalecer suas habilidades antes de buscar novas oportunidades, mas que, em certa medida, retêm o desenvolvimento das mulheres às margens das profissões, por serem táticas de crescimento profissional que mesmo sustentáveis se relacionam com o agenciamento de feminilidade (FEDERICI, 2017; LUKÁCS, 2020; CAMPOS, 2022).

Método e interseccionalidade

Quando optamos pelo método de entrevista em profundidade (DUARTE; BARROS, 2011), as hipóteses sobre o objeto de pesquisa ainda estavam turvas, visto a falta de referência sobre o recorte proposto, mulheres estagiárias em jornalismo. Nos acendia a curiosidade, no entanto, que a jornada de qualificação das mulheres deveria sofrer implicações da opressão de gênero, conforme extensa documentado em pesquisas sobre o mundo do trabalho que contam com a perspectiva de gênero (ABÍLIO, 2011; BONELLI, 2010; CASTRO, 2010; FIGARO, 2018; HUWS, 2020). Diante disso, mapeamos as opressões que as mulheres são acometidas no trabalho, segundo essas e outras autoras, e fomos entender esse cenário pelo olhar de cinco mulheres que estão no início da carreira no jornalismo.

Um dos contrapontos às pesquisas mapeadas, por exemplo, é que o peso da maternidade e duplas jornadas (família e emprego) não são temas que se sobressaem, pois às nossas entrevistadas esses são terrenos que elas ainda não pisam. Por outro lado, estar em um momento de construir algo importante como a carreira quase que do zero nos permitiu visualizar as inseguranças profissionais e pessoais dessas cinco estudantes que podem ser pistas para pesquisas com outros focos e mais amplas.

No entanto, a pesquisa lidou com a constância de representar as participantes para além do gênero, pois sem a devida historicização dos eixos da diferença acionados,



a investigação corria o risco de simplificar o que estávamos acessando ao ouvir as articulações de ingresso e resistência profissional no jornalismo. Por isso, a interseccionalidade, enquanto perspectiva também metodológica, expandiu as possibilidades de análise qualitativa ao permitir cruzamentos flexíveis sem eclipsar os múltiplos marcadores sociais da diferença mapeados. A teoria feminista tratada aqui a partir da conceituação de Crenshaw (1989), que propõe a interseção de marcadores sociais da diferença para analisar a experiência e (r)existências das pessoas diante da interdependência das relações de poder. Diante disso, a perspectiva viabiliza analisar a complexidade de contextos híbridos e fluidos, nos quais “(...) diferentes pessoas e grupos existem, se articulam e empreendem suas lutas por melhores condições de vida” (LOPES; WERNECK, 2010, p. 18). Logo, adotar a interseccionalidade permite observar as “maneiras pelas quais as pessoas (...) produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana” (HILL-COLLINS; BILGE, 2020, p. 70).

De maneira resumida, podemos descrever as entrevistadas a partir dos motivos que a investigação considerou frutífero aos objetivos: **Aurora** (os nomes das entrevistas são fictícios) precisa trabalhar, por isso elabora estratégias de sobrevivência enquanto mantém o entusiasmo pela profissão; **Camila** também precisa se manter empregada, mas sua trajetória é menos estável e é a única que tem um familiar formado em Jornalismo; **Helena** planejava mudar de universidade quando iniciamos a pesquisa e justamente os impactos da mudança eram uma fonte frutífera para o estudo; **Olívia** veio de outra cidade (Ivoti) para cursar a graduação e ainda estava em busca do primeiro estágio em Jornalismo; e **Virginia** estava preste a se formar.

Para conhecer a trajetória das entrevistadas, optou-se por entrevistas semiestruturadas e individuais iniciadas em outubro de 2020 e encerradas em junho de 2021. Todas as entrevistas foram realizadas via plataforma de vídeo Jitsi Meet. No primeiro encontro, os tópicos norteadores foram questões ergonômicas do trabalho, impressões das aulas a distância e entrada no ensino superior. Em novembro, fizemos uma análise conjunta de seus currículos, entrada no mercado de trabalho, habilidades de um jornalista, o que é trabalho para elas e como é ser mulher no mercado de trabalho. Já em dezembro, a conversa permeou os *portfólios* enviados por elas, para que serve o jornalismo e o que é ser jornalista. Em janeiro de 2021, por questões de disponibilidade, entrevistei duas das cinco participantes – Virgínia e Helena – em que abordei exemplos de estágios coerentes com a experiência de um/a estudante. Após



três entrevistas com Olívia, Camila e Aurora e quatro com Helena e Virgínia, as conversas, entre maio e junho de 2021, foram constituídas com perguntas extraídas a partir dos próprios relatos trazidos nos meses anteriores. Para este presente artigo, as informações apresentadas foram coletadas, mais precisamente, nas entrevistas de novembro e dezembro.

Portanto, para analisar as trajetórias de vida das cinco participantes acessadas nesse conjunto de entrevistas, passamos a entender que no âmbito das negociações individuais circulam poder e desigualdades que se articulam mutuamente para alcançar determinado propósito no crescimento profissional. Na prática, esse ponto de análise descreve, organiza e contextualiza os acontecimentos. Somente quando transferimos as negociações pessoais para as relações sociais é que podemos examinar os acontecimentos como signos e significados, fruto das lógicas de poder, opressão e resistência. Inserido nesses dois eixos de análise estão as subjetividades e as identidades de cada pessoa, que servem para contextualizar e localizar as ações (BRAH, 2006; VIVAS-ROMERO, 2017; CARRERA, 2020; 2021; CAMPOS, 2022).

A partir dessa compreensão, é possível entender que os lugares ocupados pelas/os entrevistadas/os não se originam no vazio, mas são informados pela articulação dinâmica de marcadores que constroem decisões, escolhas, oportunidades, desigualdades e assim estruturam as disposições de cada pessoa. Portanto, a pesquisa tratada neste artigo é guiada pelos marcadores de **gênero**, reflete as relações que se erguem na carreira, uma vez que é percebida como mulher (FEDERICI, 2017; LUKÁCS, 2020); **raça** para analisar a distribuição de opressão e privilégio do eixo (DAVIS, 2016; LOUBACK, 2018); e **classe** que informa a relação das participantes com a vida social a partir das diferentes formas de capital (BOURDIEU, 2007; GROHMANN, 2016).

Por fim, para compreender as negociações narradas, acionamos quatro aspectos de análise a partir da interseccionalidade, sendo eles **contextos sociais** das cinco entrevistadas, observamos as **relações de poder** distribuídas a partir do núcleo familiar e permeando suas trajetórias educacionais e profissionais. Assim conseguimos **relacionar** os percursos, desafios e perspectivas de futuro para desnudar as **complexidades** do cotidiano de ser estagiária mulher em jornalismo no Rio Grande do Sul.



Privilégios e opressões dos marcadores sociais da diferença no mundo do trabalho neoliberal

Este tópico visa apresentar os marcadores de gênero, raça e classe que se interseccionam para gerar privilégios e desigualdades na realidade das participantes (Aurora, Camila, Helena, Olívia e Virgínia). Por isso, localizamos a posição de cada uma nas categorias para investigar os privilégios e opressões independentemente de qual grupo elas pertençam. Ainda assim, o conjunto dos eixos possibilita enxergar subordinações e resistências a partir das suas intersecções, indicando que uma pessoa pode, ao mesmo tempo, transitar entre um grupo oprimido e privilegiado e manter esses antagonismos em harmonia na sua trajetória (CARRERA, 2020; 2021). Para ilustrar a delimitação dos marcadores das entrevistadas, organizamos essas informações no quadro 1.

Quadro 1 - Marcadores sociais da diferença das participantes

Nome	Raça	Classe	Idade
Aurora	Branca	Classe-que-vive-do-trabalho	21
Camila	Negra	Classe-que-vive-do-trabalho	22
Helena	Negra	Classe-que-vive-do-trabalho	22
Olívia	Branca	Classe-que-vive-do-trabalho	20
Virgínia	Negra	Classe-que-vive-do-trabalho	25

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em relação à raça, reservamos um espaço para que todas as entrevistadas justificassem suas definições. Observamos assim que a identificação está sujeita a uma avaliação sobre o que elas estão acessando. Em certa medida, a definição de Camila e



Helena caminham na fronteira de justiça social, por isso temem passar a barreira da raça não tendo plena certeza se têm o que é preciso para se definirem como negras. Como visto no relato de Camila:

Tu já sofreu algum preconceito racial no mercado de trabalho? Eu acho que a pressão que tu tem que se vestir melhor pra ir trabalhar. Tipo eu vejo as minhas colegas brancas indo trabalhar de um jeito bem mais desleixado e meio que não importando muito, sabe. E eu sinto uma pressão muito grande. Então, eu sempre me arrumo bem pra ir trabalhar. Porque eu acho que eu tendo a passar uma imagem de mais pobre por essa questão. E eu já conversei com pessoas pardas e negras, e elas falaram que passam pela mesma coisa e que tem a mesma lógica. Essa pressão de se arrumar melhor, da onde ela surge? Não sei, acho que uma visão geral do que eu já passei na vida, sabe. Tipo tem uma tendência, eu vejo, eu e as minhas amigas a gente vê como a sociedade viria uma mulher branca, uma mulher mais delicada, mais doce, tranquila. E mulheres negras é mais o corpo, sabe. Até mesmo em relacionamento, quantas vezes tu já foi chamada para jantar ou pra outra coisa. E aí entra essas questões de quanto tu vai se arrumar, quanto tu vai prezar a feminilidade. Para algumas pessoas é bom se desprender da estética, mas pra outras é ruim porque a estética representa muita coisa, o teu eu tá naquele padrão (CAMPOS, 2022, p. 94.).

Por mais que, em seu relato, Camila se defina como parda, ela com frequência mobiliza o termo “negra” para localizar sua vivência de desigualdade em relação à estética. Inclusive, apontando que a discriminação que a acomete também atinge pessoas autodeclaradas negras. Existe, assim, um movimento de descrever a ação sofrida tanto pelos olhos das mulheres brancas (neste contexto gozam de certo grau de privilégio) e a partir da percepção de pessoas negras, da qual Camila se reconhece mais próxima. Ainda assim, na primeira parte do diálogo, podemos observar que a participante desloca sua vivência da categoria de gênero para a de raça, acionando a expressão “pessoas pardas e negras”. Logo, a pressão por prezar pela aparência é um obstáculo compartilhado pelo contingente de pessoas não brancas por remeter a uma condição de classe vulnerável. Já na segunda parte da narrativa, ela intersecciona os eixos de gênero e raça demonstrando que a condição da mulher negra surge a partir desta relação, não podendo ser amparada somente por um ou outro eixo.

Tal intersecção neste contexto culmina em uma experiência de solidão e hipersexualidade na qual a mulher negra brasileira se encontra exposta (PACHECO, 2013). Pensando o ambiente de trabalho como um local sociomaterial que engendra práticas subjetivas e objetivas sobre nós e as/os outras/os (FIGARO, 2018), a estética



neste contexto simboliza acessos, desigualdades, resistências e privilégios que podem ser materializados em oportunidades ou obstáculos estruturais.

Já em relação à classe social, todas as participantes estão no conjunto de classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2001). O que identificamos são mutações na experiência de classe que geram privilégios e opressões na vida em sociedade a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu (2007). Em geral, para elas existem aspectos nítidos que informam suas condições de classe. Entre eles, podemos citar acesso escolar (particular ou público) e o local onde moram (referente tanto às estruturas da residência quanto à localização em termos de micropolítica da localidade). Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009) apontam que desde a década de 1960, o pertencimento de classe passou a ser uma definição nebulosa, na qual pesquisadoras/es observaram a inclinação massiva das pessoas em se denominarem como pertencentes à classe média. Em vista disso, observam que o entendimento de classe na contemporaneidade se dá através do percurso pessoal, deixando de estar necessariamente atrelado à condição econômica. De qualquer forma, mesmo se ancorando em vivências e bens materiais as respostas à luz da nossa questão “Qual é a sua classe social e por quê?” apresenta pertencimento de classe (ou a uma fração de classe) com uma identificação bastante subjetiva e flexível que leva em considerações as experiências individuais, acessos e histórico familiar, como visto no relato Aurora.

Quando eu morei com a minha avó e eles tinham restaurante. Eles saíram de Taquara e foram para Tramandaí muito fodidos de dinheiro, pegaram empréstimo para ir. Montaram uma churrascaria e por uns 5, 6 anos foi muito bem, então, eles tinham dinheiro. Era tipo classe média, mas não podiam pagar escola particular para mim. Quando eu saí de lá já tinha decaído bastante, estava bem complicado a situação. Quando fui morar com os meus pais, os dois eram funcionários públicos, mas não ganhavam bem, acho que com o salário dos dois juntos dava uns R\$ 2.000 e poucos. Aí foi outra realidade para mim, eu não sabia o que era chegar da escola e jantar pão com mortadela, e eu fiz isso o meu ensino médio todo [...] A gente estava lembrando [ela e o pai] que quando eu era criança, no primeiro governo do Lula [2003 a 2006], eu fui lá para a casa dos meus pais e estava de aniversário. De presente, meu pai me deu 100 reais, acho que nunca tinha visto uma nota de 100 reais. Aí anos depois, em 2014, ele não tinha 100 reais para me dar, o que era muito louco. Foi uma migração complicada, claro que a realidade da minha avó não era tão diferente, mas tinha diferença. Como minha avó tinha restaurante, não é que entrava muito dinheiro, mas entrava por dia. Então eu pedia o que eu queria pelo mês e com os meus pais tinha que durar o mês inteiro. Então no final do mês não tinha dinheiro. Então acho que eu sou classe trabalhadora, classe



média baixa [...] Meu namorado é músico, então na pandemia às vezes tem e às vezes não. Então é classe média baixa e quando ele tem trabalho, chega à classe média (CAMPOS, 2022, p. 98-99).

Aurora exercita o olhar sobre pertencimento de classe, pois na época da infância e adolescência as contradições se fizeram presente de modo intenso. Ainda assim, não estamos falando sobre rendas muito distantes uma da outra. Assim o pertencimento de classe, na perspectiva de Aurora, é constituído através das negligências e acessos ao capital cultural e necessidades básicas. De qualquer forma, quando ela dá os primeiros passos para construir uma família, o fato de o namorado ter ou não dinheiro se torna o único balizador de transição classe. Com isso, observamos a subjetividade em definir uma classe mesmo condicionando a fatores objetivos. Apesar disso, refletimos que Aurora, em certa medida, estruturou sua vida de tal forma que ela tem livre acesso a fatores que representam ascensão de classe: ensino superior, apartamento bem localizado com dois quartos e há elementos trazidos por seu estágio.

Mesmo que a intersecção dos eixos tenha sido observada ao longo da discussão, reconhecemos que ela não é um fim em si mesma, pois se articula ativamente com contextos e demais agentes que impactam no cenário ôntico observado. Nessas conjunturas complexas e multifacetadas se inscrevem ainda as necessidades, anseios e aflições construídas em conjunto com o significado dos acessos, oportunidades, pertencimentos e barreiras, sendo improvável penetrar as “chaves de compreensão da vida” (LAHIRE, 2004) sem articular biografia pessoal com os marcadores.

Estagiárias em jornalismo e as negociações individuais na trajetória profissional

A partir da observação pelo prisma interseccional, seguindo a perspectiva de Crenshaw (1989), dos marcadores de gênero, raça e classe presentes nas narrativas das cinco entrevistas estagiárias em jornalismo no Rio Grande do Sul, colhemos pistas sobre os desafios e oportunidades de se constituir como jornalista em um mercado de trabalho neoliberal, uma categoria que sofre com a precarização e desvalorização da mão de obra sendo submetida constantemente se aperfeiçoar para gerar lucro (REIMBERG, 2013; BRAGA et al., 2014). Portanto, como estratégia de ingresso à comunidade profissional da área, no período da graduação, Virgínia e Camila fizeram



cinco estágios; Helena, três; Aurora, dois; e Olívia, um, até o momento deste levantamento (junho de 2021). Além de estagiar, Camila também fez voluntariado e Olívia monitoria. Já Aurora, Helena e Olívia integraram projetos de pesquisa ou grupos de estudos. Aurora, Helena e Virginia participaram de projetos ou concursos na área, oficinas que foram oferecidas por empresas de comunicação da região.

Em relação ao aperfeiçoamento de habilidades, Aurora, Camila e Helena fizeram cursos na área de Comunicação durante a graduação, sendo que Aurora e Helena realizaram até cinco cursos gratuitos. No caso de Aurora, os cursos estão ligados à área de *marketing*, tendo sido oferecidos por empresas privadas do ramo. Já Helena realizou cursos vinculados ao jornalismo, como os oferecidos pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). A partir de todo o levantamento, observamos que as cinco estudantes têm em média 4,2 experiências na profissão.

Para Fábio Pereira et al. (2014), as socializações no período da graduação são tão significativas quanto o próprio curso para internalizar a cultura jornalística. Em consequência do empenho em buscar cursos extracurriculares, observamos o distanciamento do comportamento *self-made man*, ou seja, a ideia de que a pessoa “(...) ascende profissionalmente a partir de noções como talento e competência” (PEREIRA et al., 2014, p. 49), que na cultura jornalística está ligada à destreza quase que biológica para a escrita, análise crítica dos fatos e habilidades comunicacionais. Invés do comportamento *self-made man* há a tentativa de materializar as competências “comprovando-as” por meio do acionamento em estágios, cursos e outros tipos de qualificações.

De certo modo, nos questionamos se a preocupação em materializar as competências pode ser uma das formas de compensar o gênero, uma vez que pesquisadoras como Bonelli (2010) e Silveirinha e Simões (2016) elucidam que as mulheres buscam por outras vantagens já que o seu gênero nas relações de trabalho não as coloca em posição de privilégio. Consideramos este um ponto sensível para compreender a trajetória das estagiárias em jornalismo que analisamos, pois elas estão em um momento da vida profissional que realmente precisam colher experiências para construírem a carreira com solidez e definir com certa estratégia o caminho a seguir na área da comunicação. No entanto, ao longo das entrevistas, notamos que existe um sentimento hiperbólico de não ser boa o suficiente por parâmetros que vão além do que se espera de uma pessoa ainda em estágio de formação. No diálogo abaixo, por



exemplo, observamos que, para conseguir outra vaga de estágio, Helena começou a realizar cursos de *marketing*, que se distanciam de seus desejos iniciais pelo jornalismo (investigativo e de cunho social) e se aproximam das exigências do mercado de trabalho.

[...] eu ainda não consegui outro estágio, mas no começo desse ano eu decidi que queria trocar mesmo de estágio. Comecei a procurar mais vagas de estágio e me candidatar com mais rapidez, mas tem sido difícil, porque tudo que aparece é vaga de *marketing*. *Tu queria assessoria ou redação?* Sim. Tô tentando uns cursinhos de *marketing*, umas coisas nada a ver, mas o que der eu estou indo. Inclusive, tenho uma entrevista segunda-feira. Em fevereiro, vai fazer 5 meses que eu estou lá [na redação de uma revista], já aprendi umas coisas legais (CAMPOS, 2022, p. 119).

Helena avaliou que a experiência em assessoria de imprensa e redação jornalística em conexão à suposta falta de conhecimentos específicos em *marketing* representam uma desvantagem na busca pela recolocação. No entanto, a expressão “umas coisas nada a ver” representa as contradições da mudança de foco no jornalismo e seus impactos para o sentimento de pertencimento à comunidade jornalística. Diante das inseguranças do momento, o objetivo da participante era encontrar outra vaga que mantivesse seu estado de bem-estar social. Isso significava renunciar a certa construção estratégica da carreira que vinha elaborando: passagem por assessoria de imprensa na qual permitiu acesso a pautas de cunho social; cursos na área de jornalismo *hard news*; ingresso em uma redação jornalística. Virgínia, por sua vez, dá mais indícios sobre a sobrecarga de cobranças que as estagiárias podem depositar em si e como tal autoimagem de incapaz afeta a progressão na carreira, já que está inclinada a não se candidatar a vagas nas quais não domine todas as exigências.

Tu já está no final da faculdade, por isso queria saber a sua opinião. A partir dos estágios e das experiências que vai tendo, isso muda as escolhas de estágio? Sim, porque eu tenho muito medo quando eu vejo que tem uma coisa que eu não sei fazer na vaga, eu já não me candidato. E, por isso, eu sempre acabo indo para assessoria. Porque têm outras vagas que eu acho legal, mas não tenho experiência. A menos que não precise ter experiência, mas agora virou moda pedir experiência em estágio [...] *Quais são os movimentos que tu acha que precisaria fazer para conseguir trocar de área?* Acho que coisas que eu não consegui fazer durante a faculdade, porque não tinha tempo e nem dinheiro. Acho que eu deveria fazer mais cursos, até de edição. Mas ao mesmo tempo não sei a lógica disso, porque tem gente que não faz isso e consegue (CAMPOS, 2022, p. 126-127)



A partir do relato de Virgínia, reconhecemos que para as estagiárias o acesso a habilidades aumenta a autonomia em buscar e se candidatar a experiências diversas. Mas acreditamos que na narrativa de Virgínia, o não possuir habilidades também se inscrevem por motivos de classe, pois a participante apresenta que não conseguiu experimentar tanto quanto gostaria, porque não tinha “tempo e nem dinheiro”. Ou seja, mesmo que diga que o período da graduação é para experimentar, sua percepção real é de que para tal movimento é necessário que os investimentos econômicos andem junto com as novas vivências. Podemos considerar que mesmo que pesquisadores como Pereira et al. (2014, p. 51) defendam, que a universidade serve para ampliar o leque das/os estudantes por meio das experimentações, existem de fato “as distinções entre currículos [universitários], disciplinas e a própria trajetória dos estudantes”.

As pistas do que é ser uma estagiária mulher no jornalismo

Responder à pergunta “o que é ser uma estagiária mulher no jornalismo?” é particularmente complexo no sentido de identificar as submissões de gênero no ecossistema das universidades e estágios em jornalismo, porque os indícios apresentados pelas cinco entrevistadas se escondem como fragmentos nas narrativas que colocam as adversidades como comuns a todas/os as/os estudantes. Esse, na verdade, se apresentou como principal obstáculo para investigar a realidade das estudantes em início de carreira, pois elas ainda não lidam com complicações na construção de carreira que as obrigam a olhar os acontecimentos (maternidade, dupla jornada) pelo prisma de gênero e interseccional.

Mas justamente esse apagamento de gênero, conforme conceituação de Bonelli (2010), que também chama a atenção, uma vez que facilmente se autorresponsabilizam pelo que deu errado em um processo seletivo, em uma tarefa ou outro tipo de atividade, ao passo que distribuem os acertos com outros agentes envolvidos nas ações praticadas, que são consequências do apagamento de gênero (BONELLI, 2010). Em termos de investigação, nos abrimos para questionar que a racionalidade neoliberal enquanto sistema antropológico de ver e sentir a vida (DARDOT; LAVAL, 2016) promove o sombreamento das fronteiras entre circunstâncias do trabalho com opressões sistêmicas de gênero e interseccionais, fragilizando as próprias ferramentas sociocognitivas de se posicionar frente às adversidades. Por outro lado, até que ponto



o apagamento de gênero não se apresente como ele sendo uma ferramenta de autodefesa já que a cada adversidade haverá uma resposta mesmo que ela signifique sobrecarga de trabalho, mais investimentos próprios em capacitações e outras táticas que de alguma maneira aparentam apaziguar as opressões.

Da maneira como colocamos aqui, isso representaria mais rentabilidade às empresas do que necessariamente a resolução de uma adversidade complexa, pois ela surge muito mais por conta de quem a pessoa é do que pela falta de competência. Na perspectiva de Ronald Barnett (2000), na contemporaneidade, por exemplo, importa menos o que as pessoas sabem fazer e mais o que elas podem fazer. Em termos práticos, isso significa a demonstração da capacidade de executar habilidades técnicas e sociais. A primeira proporciona a operação de ferramentas e condução do trabalho, enquanto a segunda indica como as ações serão executadas. No entanto, nos relatos que acessamos as entrevistadas estão realmente preocupadas em saber fazer, para nós isso surge porque elas não confiam que o outro (o avaliador/chefe) terá essa compaixão de conectar experiências e entender que aquela estagiária pode fazer coisas que ainda fez anteriormente.

Pesquisadoras/es do campo de competências (BARNETT, 2000; SAVAGE, 2017) entendem essas mudanças como fruto da transformação do sistema de produção fordista (acumulação) para o toyotista (flexível). Logo, ao invés de dominar habilidades em torno de uma disciplina, as/os trabalhadoras/es tornam suas competências flexíveis aprendendo constantemente a reaprender aquilo que os empregadores precisam incorporar em seus modelos de negócios. Interessante observar essa mudança de paradigmas justamente quando as mulheres passam a acumular mais diplomas que os homens⁴.

Mark Deuze e Tamara Witschge (2020) compreendem a fusão de capacidades de comunicação em um mesmo cargo como um redesenho da profissão, que passa a esbarrar em fronteiras (*boundary work*) de (re)negociação e flexibilidade sobre o que o jornalismo está se tornando. Braga et al. (2014) sinaliza que as expectativas para o futuro do mundo do trabalho das/os jornalistas é existir cada vez mais pessoas nas

⁴ Segundo o Ministério da Educação, as mulheres representam 53% do total de bolsistas de pós-graduação da Capes ofertados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/225-noticias/sistemas-1375504326/86161-mulheres-sao-maioria-entre-bolsistas-de-mestrado-e-doutorado-no-brasil?Itemid=164>>. Acesso em 15 de ago. de 2022.



redações com domínios variados borrando as fronteiras tradicionais da área da comunicação.

Por fim, a síntese das negociações articuladas por cada entrevistadas para construir suas carreiras que conseguimos mapear são: **Aurora** fez cursos relacionados à *marketing* e direcionou seus esforços no estágio para a produção de textos que “vendam os produtos e serviços” da empresa de maneira envolvente. Não fez muitos estágios em comparação às demais (dois) e seu foco é a estabilidade econômica. **Camila** sempre teve interesse em ferramentas utilizadas pela área de publicidade e trabalhos de cunho social, tentou unir ambos, o que aconteceu em experiências voluntárias. **Helena** não é muito seletiva com as vagas das quais aceita, por isso tente avaliar como transformar as atividades em capitais competitivos aos seus objetivos profissionais. Nem sempre isso é possível, o que causa sobrecarga, pois passa a buscar em outros lugares por experiências que nutram suas expectativas sobre quais habilidades deveriam estar fortalecendo. **Olívia** é a participante com melhor estrutura econômica, o que em alguma medida reflete na pressão por conseguir estágio, o que para ela não era um indicador de sucesso tão expressivo. Além disso, ela sempre contou com habilidades acumuladas na área da comunicação oriundas de um curso de técnico de comunicação visual, realizado ainda no Ensino Médio. **Virgínia** fez cinco estágios e sempre foi proativa em divulgar seu trabalho, o que lhe rendeu indicações, ofertas de estágio e expectativas dos chefes sobre seu trabalho. No entanto, tem dificuldade em compreender as habilidades que desenvolve na execução das atividades, o que diminui sua capacidade de penetração em mais áreas da comunicação.

Considerações Finais

Após as idas e vindas ao campo de pesquisa, mapeamos que, para as estudantes, um estágio se assemelhava à concepção de emprego. Isso passa inclusive por questões internas, afinal elas dependem da bolsa auxílio para custear suas despesas e têm a necessidade de assegurar a empregabilidade a longo prazo, diminuindo ao máximo o tempo ocioso (improdutivo). Estagiar nos exemplos apresentados pelas entrevistadas é como caminhar em uma corda bamba. O cabo é representado por todas as ações de autocriação e cocriação que as/os estudantes precisam acessar para concluir a travessia. Isso porque o ecossistema do mundo do trabalho em contexto neoliberal exige que a/o trabalhador/a bem-sucedido tenha pessoas que falem bem dela/e



(BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Para a classe-que-vive-do-trabalho, esse capital é construído diretamente no ambiente laboral. É durante a prática que as/os estagiárias/os são avaliadas/os, vigiadas/os e sua performance naquelas horas pagas de trabalho garante uma possível indicação/efetivação.

Apesar da relevância que o estágio assume para o percurso profissional em sintonia com as articulações neoliberais, consideramos a partir do cruzamento de informações mapeadas que, em geral, as/os estudantes já deram alguns passos nessa corda bamba quando entendem o que ela realmente representa. Portanto, consideramos a partir das pistas empíricas que as estagiárias aderem a modos de ver, sentir e entender a vida profissional a partir de diretrizes neoliberais (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016), o que se estabelece involuntariamente pela falta de alternativas em vislumbrar uma garantia de empregabilidade no atual mercado de trabalho.

Contudo, é preciso ressaltar que há falhas nas “estratégias” de racionalidade neoliberal, não enquanto resistência, mas como opressão do marcador de gênero, pois é possível identificar traços de feminilidade em suas condutas alinhadas ao disciplinamento de como as mulheres devem contribuir à sociedade (CAMPOS, 2022; SOUZA, 2016). Dentre elas podemos citar: falta de auto segurança para bancar suas habilidades; perspectiva de constante aprendizado que retarda o senso de autoridade em determinadas disciplinas; dificuldade de romper com experiências ofensivas e improdutivas por manter expectativas baixas; e insegurança de desbravar novas competências.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **O Make Up do Trabalho**: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

BARNETT, Ronald. **Supercomplexity and the Curriculum**. Studies in Higher Education, v. 25, n. 3, pp. 255-265, 2000.



- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BONELLI, Maria da Gloria. **Profissionalismo e gênero na magistratura paulista**. Civitas, Porto Alegre, n. 2, v. 10, pp. 270-292, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: Crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRAGA, Adriana et al. **O chão de fábrica da notícia: contribuições para uma economia política da práxis jornalística**. Intercom (São Paulo), v. 37, pp. 111-132, 2014.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu, v. 26, pp. 329-376, 2006.
- CAMPOS, Évilin Thaoane de Matos. **Estagiárias em jornalismo no Rio Grande do Sul: mundo do trabalho, interseccionalidade e neoliberalismo**. 2022. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2022.
- CARRERA, Fernanda. **Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação**. E-COMPÓS (BRASÍLIA), v. 1, pp. 1-26, 2020.
- _____. **Para além da descrição da diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação**. LIINC EM REVISTA, v. 17, pp. 1-19, 2021.
- CASTRO, Bárbara. **Performing gender at work**. Cadernos Pagu, v. 35, pp. 379-388, jul./dez. 2010.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. The University of Chicago Legal Forum, n. 140, pp. 139-167, 1989.
- _____. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da Discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, n. 10, v. 1, pp. 171-188, 2002.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**, 1981. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 2016.
- DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **Beyond Journalism**. Reino Unido: Polity Press, 2020.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª edição, São Paulo: Atlas, 2011.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FIGARO, Roseli. **Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas**. Galáxia (São Paulo), n. 39, pp. 177-189, 2018.



GROHMANN, Rafael. **As Classes Sociais na Comunicação**: sentidos teóricos do conceito. 2016. Tese. (doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2016.

HILL-COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

HUWS, Ursula. **Reinventing the welfare state**. Reino Unido: Editora Pluto Press, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **ENADE 2012. Relatório Síntese. Comunicação Social. Jornalismo**. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2012/2012_rel_comunicacao_social_jornalismo.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: Disposições e variações individuais. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reulliard e Didier Martin. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: ARTMED, 2004.

LOUBACK, Andréia Coutinho da Silva. **Jornalistas negras no Rio de Janeiro**: trajetórias de vida e narrativas de resistência diante do racismo. 2018. Dissertação (mestrado em Relações Etnicorraciais). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, 2018.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, Jurema (Org.). *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Criola, 2010. p. 05-22.

LUKÁCS, Gabriella. **Invisible by Designer**: women and labor in Japan's digital economy. London: Duke University Press, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mulheres são maioria entre bolsistas de mestrado e doutorado no Brasil**. 2020. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/225-noticias/sistemas-1375504326/86161-mulheres-sao-maioria-entre-bolsistas-de-mestrado-e-doutorado-no-brasil?Itemid=164>>. Acesso em 15 de ago. de 2022.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Bahia: EDUFBA, 2013.

PEREIRA, Fabio Henrique et al. **Valores e cultura profissional dos estudantes de jornalismo em Brasília**. Estudos em Comunicação, v. 1, pp. 47-74, 2014.

REIMBERG, C. O. **Organização do trabalho no jornalismo**: centralidade e subjetividade em tempos de flexibilidade. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus: Intercom, v. 36. pp. 1-15, 2013.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo**: o processo profissionalização e feminização da carreira. 2004. Tese (doutorado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

ROSS, Karen. **As mulheres nas estruturas de tomada de decisão nos meios de comunicação europeus**. Media & Jornalismo, v. 17, n. 30, pp. 63-69, 2017.



SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **Jornalismo no Feminino: a mulher jornalista, subjetividade e atuação profissional.** Comunicação & Sociedade (Online), v. 38, pp. 35-58, 2016.

SAVAGE, Glenn. **Neoliberalism, education and curriculum.** In: Powers of Curriculum: Sociological Perspectives on Education. Nova Zelândia: Oxford University Press, pp. 143-165, 2017.

SILVEIRINHA, Maria; SIMÕES, Rita. **As mulheres tentam compensar: O verbo compensar é terrível, não é?.** Gênero e jornalismo em tempos de mudança, v. 33, pp. 31-47, 2016.

SOUZA, Juliana. **O gênero no jornalismo em tempos de recessão: como se dá a representação mediática das mulheres num contexto de crise em Portugal.** Revista ex æquo, n. 33, pp. 135-147, 2016.

THIBES, André; NICOLETTI, Janara. **Evolução salarial dos jornalistas de 2005 a 2015: Indicativos de precarização do trabalho.** 15o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). São Paulo, pp. 1-20, 2017.

VEIGA, Márcia. Masculino. **O Gênero do Jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias.** Dissertação (mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

VIVAS-ROMERO, Maria. **Who cares for those who cared? an intersectional ethnography of global social protection arrangements.** Tese (doutorado em Ciências Sociais). Faculté des Sciences Sociales de Liège Université, Liège, Bélgica, 2017.

★

Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.